

FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES NA UNIPAMPA: RELATO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO DISTRITO DE PALMAS DA CIDADE DE BAGÉ-RS

INITIAL TEACHER TRAINING IN UNIPAMPA: A REPORT ON A PEDAGOGICAL PRACTICE IN A QUILOMBOLA COMMUNITY IN THE DISTRICT OF PALMAS IN THE CITY OF BAGE – STATE OF RIO GRANDE DO SUL

Dulce Mari da Silva Voss¹
Aline Bagetti²

RESUMO

O presente trabalho registra o percurso de uma experiência pedagógica vivenciada na comunidade quilombola do distrito de Palmas da cidade de Bajé/Rs. Aponta a relevância da extensão como via de formação do educador, empreendido pela UNIPAMPA, confirmando a prática extensionista como uma estratégia acadêmica de articular a Universidade à sociedade civil, numa perspectiva crítica e libertária.

Palavras-chave: Prática pedagógica. Comunidade quilombola. Extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Pampa encontra-se no bojo das políticas públicas nacionais voltadas à expansão da Educação Superior em nosso país e representa uma conquista significativa para a população do sul do Rio Grande do Sul, historicamente à margem do crescimento econômico, social e educacional brasileiro.

Como docentes da Unipampa, somos co-responsáveis pelos rumos que estão sendo traçados e trilhados nesse processo. Devemos assumir o papel de sujeitos no processo de construção de posturas e práticas pedagógicas que rompam com o modelo tradicional da Educação, organizando projetos pedagógicos e currículos acadêmicos que permitam a formação de profissionais éticos, capazes de interagirem em suas comunidades locais e regionais para além de interesses individuais e mercadológicos. Sujeitos éticos que cumpram

¹ Professora da Universidade Federal do Pampa. Mestre em Educação. E-mail: dulce.voss@gmail.com

² Professora da Universidade Federal do Pampa. Mestre em Educação/UFSM. E-mail: vilmar-bagetti@uergs.edu.br

com seus papéis de cidadãos e cidadãs atuantes, críticos e criativos em ações de bem comum.

Uma universidade adaptada ao mercado numa região estagnada econômica e socialmente servirá, principalmente, aos interesses das oligarquias locais que já concentram o capital em suas mãos, exercendo poder também sobre a produção cultural em termos da pesquisa e extensão universitária. Além do que, os profissionais formados na universidade que tiverem a possibilidade de inserirem-se no mercado provavelmente não permanecerão na região. Dessa forma, a universidade não contribuirá para romper com esse círculo vicioso e com a realidade vigente (VOSS et. al, 2007).

O delineamento da identidade institucional da Unipampa deve ser tecido através de uma rede de relações humanas, sociais, comunitárias e profissionais, capaz de envolver diferentes sujeitos e grupos nesse projeto.

O diálogo, alicerçado no respeito mútuo e na cooperação, deve ser a ferramenta básica para nosso trabalho, compreendendo-se que, a diversidade de pontos de vista, práticas e posturas são constitutivas da natureza humana. Conviver sem arrogância significa abrir caminhos para o diálogo.

A interação dos diferentes sujeitos partícipes do processo de construção da Unipampa propiciará a costura da universidade que queremos e assumiremos enquanto projeto político, social e educativo.

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: RUPTURA COM AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E NEOCONSERVADORAS

Um projeto inovador de formação inicial de docentes deve romper com as políticas e práticas institucionais que, historicamente, caracterizaram os Cursos de Licenciatura como uma formação acadêmica e científica de menor prestígio. Desde sua origem, as Licenciaturas serviram aos propósitos de uma formação técnica profissional que privilegia a base específica em detrimento da formação pedagógica, a desarticulação entre elas e supervaloriza o conhecimento teórico, dicotomizando teoria e prática.

As políticas educacionais levadas a efeito nas décadas de 1980 e 1990 e as reformas educacionais voltadas às exigências do mercado mundial provocaram a diferenciação dos currículos e instituições responsáveis pela formação inicial de professores, traduzidas em ações como a criação dos Cursos

Normais Superiores e a formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior, que legitima a concepção cultural da docência como “bico”.

Há que se romper com as políticas neoliberais de formação e profissionalização docente que elege como prioridade a capacitação em serviço no lugar da formação inicial e a Educação a distância como alternativa de baixo custo, afastada das universidades e das atividades de pesquisa e extensão, o que significa, na realidade, o aligeiramento da formação e desprofissionalização dos professores.

Como adverte Freitas (2003), as políticas de aligeiramento e flexibilização da formação inicial por meio de pacotes institucionais, a ênfase em seu caráter técnico-profissionalizante, rebaixando as exigências no campo teórico e epistemológico, aliadas ao desmantelamento, privatização, e retirada da formação docente da ambiência das universidades, vêm produzindo um perverso quadro de secundarização da qualificação profissional de professores/as. As atuais políticas educacionais institucionais têm dado prioridade à chamada capacitação em serviço, aos aspectos técnico-metodológicos do trabalho docente em detrimento da formação intelectual do pesquisador em educação.

Tais ações corroboram para a continuidade da formação docente vista como uma profissionalização menor.

A ruptura com as lógicas tradicionais e neoliberais nos Cursos de Licenciaturas da Unipampa têm se constituído como um processo de resistência de professores/as e acadêmicos/as que defendem a formação inicial numa perspectiva crítica, frente a visões e práticas conservadoras e tecnicistas que ainda dominam os currículos acadêmicos.

Em nosso trabalho pedagógico na disciplina de Políticas Públicas Educacionais no Contexto Brasileiro, componente curricular obrigatório em todos os Cursos de Licenciaturas oferecidos na Unipampa, temos assumido o desafio de ampliar e diversificar as experiências educativas na formação inicial dos/as acadêmicos/as.

Procuramos romper com a concepção de formação inicial na lógica do neotecnicismo que faz das experiências educativas em puro treinamento técnico, amesquinhando o caráter humano da educação.

A discussão de temáticas como as políticas neoliberais atuais estruturadas pelo Estado e a organização do sistema formal de educação, confrontadas com as ações educativas não-formais dos movimentos sociais, como as comunidades quilombolas, têm sido priorizada em nosso trabalho.

A VISITA À COMUNIDADE QUILOMBOLA DO DISTRITO DE PALMAS

Com a Constituição Federal de 1988, a questão quilombola entrou na agenda das Políticas Públicas, fruto da mobilização do Movimento Negro. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.”

Comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. Identidade étnica trata-se de um processo de autoidentificação bastante dinâmico, e que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo.

As Comunidades Quilombolas se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição. (RUBERT, 2005)

A determinação da condição quilombola advém da autoidentificação, reconhecida legalmente pelo Decreto nº 4.887/03. Este reconhecimento foi fruto de uma luta árdua dos quilombolas e seus aliados que se opuseram às várias tentativas do Estado de se atribuir a competência para definir quais comunidades seriam quilombolas ou não.

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de

movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA, 1994)

O principal desafio das Comunidades Quilombolas é a titulação de suas terras. No Rio Grande do Sul há mais de 130 comunidades. Em fevereiro de 2008, tramitavam no Incra os processos de 33 comunidades. Apenas 15 deles contavam com ações efetivas desse órgão.

Palmas é um dos distritos rurais que pertence ao município de Bagé, onde vive uma comunidade quilombola composta por cerca de trinta famílias cujos ancestrais foram escravos e trabalharam nas fazendas dos latifundiários pecuaristas dessa região.

No dia 05 de novembro do ano de 2008, fizemos uma viagem de estudos e uma visita a essa comunidade quilombola onde conhecemos uma educadora e líder comunitária que faz um importante trabalho de organização coletiva que busca o reconhecimento legal das terras daquela comunidade. Nessa visita, participaram professoras e acadêmicos/as das Licenciaturas de Física, Química, Matemática e Letras da Unipampa.

Nesse trabalho pedagógico, tínhamos como objetivos:

- Conhecer experiências educativas desenvolvidas na comunidade local;
- Aproximar os/as acadêmicos/as das realidades e dos contextos educativos formais e não-formais locais;
- Interagir com professores/as, alunos/as e comunidade educativa;
- Enriquecer a compreensão das temáticas trabalhadas na disciplina de Políticas Públicas Educacionais no Contexto Brasileiro.

Vivemos uma experiência educativa extremamente enriquecedora, ao ouvir sobre a história, o trabalho e as lutas da comunidade quilombola do Distrito de Palmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade da iniciação à investigação já na formação inicial como apropriação ativa de conhecimento e preparação para a utilização dos resultados

da investigação ou para participação no seu desenvolvimento tem sido uma das premissas básicas do trabalho pedagógico que buscamos realizar.

Essas práticas investigativas, como argumenta Perrenoud (1993), propiciam a compreensão da diversidade e complexidade de pontos de vista e atuação política existente no cenário cultural, ao mesmo tempo que permitem a inter-relação teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão, fundamentais na formação inicial de professores/as.

A articulação teoria e prática por meio de atividades investigativas, a inclusão nos currículos dos cursos de conhecimentos e estratégias que favoreçam a educação inclusiva estão prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE 01/2002).

Por meio de experiências educativas que fomentam a investigação dos modos de vida, visões e atuações dos sujeitos, grupos e contextos locais e regionais implicados nas atuais políticas educacionais, temos procurado, conforme indica Nóvoa (1995), apontar para a formação acadêmica numa perspectiva crítico-reflexiva das práticas e a construção de uma identidade pessoal e profissional de sujeitos autônomos nas diferentes áreas de atuação.

Esse trabalho pedagógico tem propiciado também a transformação da organização fragmentária dos tempos e espaços curriculares dos Cursos de Licenciaturas que ainda são distribuídos em horas/aula e disciplinas. Inversamente, o trabalho pedagógico realizado por meio da pesquisa, do estudo e da participação em projetos acadêmicos e comunitários, favorece a construção ativa e autônoma do conhecimento por meio de uma proposta curricular transdisciplinar.

A interação entre os/as acadêmicos/as das diferentes Licenciaturas envolvidos/as nesses projetos e ações inter e transdisciplinares, além de promover a integração, possibilita a efetivação de atividades práticas ao longo do curso e não apenas nos estágios.

Finalmente, percebemos que, a aproximação dos movimentos sociais, suas histórias e lutas, e de seus interlocutores, permitiu-nos vivenciar uma experiência educativa libertária. Essa aproximação exigiu de nós docentes universitárias e acadêmicos/as o exercício acolhedor de uma escuta profundamente sensível.

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. (FREIRE, 2001, p. 127)

Mas, entendemos também que, não basta a escuta sensível e solidária das histórias e lutas que animam os movimentos sociais. Compreendemos que, os conflitos políticos e ideológicos gerados pela diversidade, trazidos à tona no debate e mediados pela reflexão teórica, exige de nós um posicionamento efetivo em favor dos interesses coletivos.

Vivemos, numa sociedade paradoxal onde, conforme Silva (2007), a manifestação da diversidade das formas culturais do mundo contemporâneo convive com a homogeneização cultural. Nesse plano, a diferença é sempre uma relação: não podemos ser diferentes de forma absoluta; somos diferentes em relação a alguma outra coisa considerada como “não-diferente”. Logo a diferença se produz no processo discursivo de significação. Na medida em que essa produção discursiva se faz numa relação social, o processo de significação que produz a diferença se dá em conexão com relações de poder. O diferente é avaliado negativamente frente ao “não-diferente”.

ABSTRACT

The present article registers the route of a pedagogical experience lived through the quilombola community located in Palmas district, city of Bagé, Rio Grande do Sul state. It points the relevance of public outreach work as a way of teacher education, put into practice by UNIPAMPA, confirming the outreach practice as an academic strategy of linking together the University and the civil society, in a critical and libertarian perspective.

Keywords: Pedagogical practice. Quilombola community. Public outreach

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica**. Resolução 01/2002. Brasília, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, H. C. L. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. **Educação e sociedade**. v. 24, n. 85, dez. 2003.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. 2. ed. Portugal: Dom Quixote, 1995.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VOSS, D. M.S.; MARCHIORO, D. F. Z.; NEDEL, D. L. et al. A Unipampa no contexto atual da Educação Superior. **Revista avaliação**, Campinas, SP. v. 12, n. 4, dez. 2007.

RUBERT, R. **Comunidades negras rurais do RS: Um levantamento socioantropológico preliminar**. Porto Alegre: Secretaria de Agricultura e abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul/RS RURAL; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2005.